

PESQUISA SOBRE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Cenário das Principais Receitas Brasileiras

Janeiro 2017

Realização:



Apoio:



EQUIPE

Ursula Dias Peres

Professora dos Programas de Mestrado e Graduação em Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP – HYPERLINK – uperes@usp.br

Rogério M. Limonti Tibúrcio

Mestrando do Promuspp – EACH/USP – HYPERLINK – rogeriolimonti@gmail.com

SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. Carga tributária bruta	5
3. Participação dos impostos no consolidado geral	6
4. Variação no período recente das principais receitas	8
5. Projeção <i>Boletim Focus</i>	13

1. INTRODUÇÃO

A Educação Básica tem como principal fonte de recursos os impostos. Visando entender seu comportamento, este estudo identifica os principais impostos do Sistema Tributário Nacional em termos de volume de recursos arrecadados, e analisa sua evolução nos últimos 24 meses.*

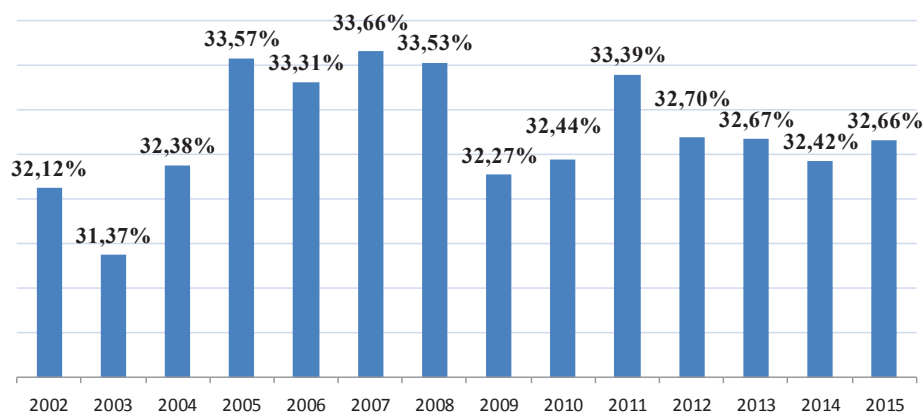
Para isto, o documento está estruturado em quatro seções: i) a primeira descreve a evolução da carga tributária bruta e líquida; ii) na seguinte, analisa-se a arrecadação dos impostos e contribuições em relação ao PIB; iii) na terceira verifica-se a evolução das receitas nos últimos 24 meses; e iv) são abordadas as projeções do PIB para 2017.

2. CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA

O percentual referente à Carga Tributária Bruta em relação ao PIB permaneceu superior a 31,3% nos últimos 14 anos, atingindo patamar superior a 33,0% de 2005 a 2008. No gráfico 1 a seguir as extremidades representadas pelas taxas percentuais de 2002 (32,12%) e de 2015 (32,66%) não expressam as alterações do período, caracterizado por grande disparidade. Nos últimos quatro anos, contudo, a taxa permaneceu estável, com uma média de 32,61% do PIB.

Gráfico 1

Carga Tributária Bruta (% PIB)
Brasil, 2002 -2015

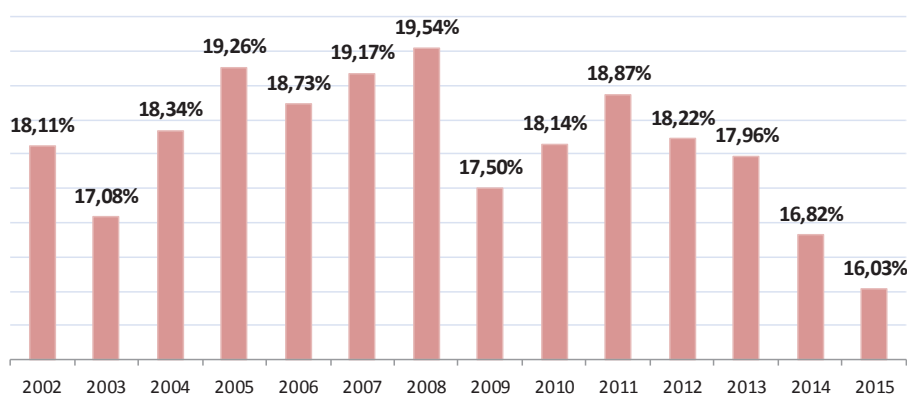


* Para realização desta pesquisa foram utilizados dados do período de novembro de 2014 a outubro de 2016. Sendo assim, sempre que mencionarmos “últimos 24 meses” é a este espaço de tempo que nos referimos.

Entretanto, a recente permanência da Carga Tributária Bruta acima de 32% não significou estabilidade das contas públicas. A carga tributária líquida, que consiste na dedução das transferências diretas aos indivíduos e empresas (transferências de assistência, previdência e subsídios) da carga tributária bruta, caiu significativamente nos últimos cinco anos, de 18,87% para 16,03%. Portanto, mesmo com a estabilidade da carga tributária houve diminuição dos recursos disponíveis para o Estado efetivar políticas públicas além das transferências (Gráfico 2).

Gráfico 2

Carga Tributária Líquida (% PIB)
Brasil, 2002 -2015



Fonte: : Secretaria da Receita Federal ;IBGE; Secretaria do Tesouro Nacional

3. PARTICIPAÇÃO DOS IMPOSTOS NO CONSOLIDADO GERAL

O imposto com a maior arrecadação no Brasil é de competência estadual, o ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação), que atingiu 6,8% do PIB em 2014, constituindo-se na principal receita dos governos estaduais com forte atividade econômica. O produto da arrecadação do ICMS é dividido entre os Estados e os Municípios, com uma cota-parte de 75% dos recursos aos Estados e 25% aos Municípios.

Na sequência, o IR (Imposto de Renda) é o mais representativo, com participação de 5,6% do PIB, de competência da União. Diferente do ICMS, o IR não distribui cotas diretas aos demais entes, porém, 49% da arrecadação deste tributo é direcionada para dois fundos: Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Estes ainda recebem percentual semelhante do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), e, apesar do percentual vinculado semelhante, o valor correspondente é inferior, registrando uma receita de 0,9% do PIB.

Tabela 1

Participação dos Tributos na Carga Tributária Bruta
segundo Entes Federativos
Brasil, 2014

Discriminação	% PIB
União (A)	22,2
Orçamento Fiscal	7,9
Imposto de Renda	5,6
IPI	0,9
IOF	0,5
Imposto sobre comércio exterior	0,6
ITR	0,0
Taxas federais	0,1
Demais	0,1
Orçamento da Seguridade Social	11,7
Contrib. para Previdência Social	5,6
Cofins	3,4
CSSL	1,1
PIS/Pasep	0,9
CPSS	0,5
Outras contribuições sociais	0,2
Demais	2,7
FGTS	1,9
CIDE	0,0
Salário educação	0,3
Sistema "S"	0,3
Outros	0,1
Estados (B)	8,2
ICMS	6,8
IPVA	0,6
ITCD	0,1
Taxas	0
Previdência estadual	0,3
Outros	0,5
Municípios (C)	2,0
ISS	1,0
IPTU	0,5
ITBI	0,2
Taxas	0
Previdência municipal	0,1
Outros tributos	0,2
Total (A+B+C)	32,5
Produto Interno Bruto (PIB)	5 687 309

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)

A receita com o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), de competência estadual, equivale a 0,6% do PIB. Este direciona uma cota-parte de 50% aos Municípios; é o quinto imposto mais representativo no

Sistema Tributário Nacional. Além destes impostos, merecem destaque as contribuições para o financiamento da Seguridade Social, totalizando 11,7% do PIB, e os impostos de competência municipal, o ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) com participação de 1,0% do PIB e o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) com 0,5% do PIB (Tabela 1).

4. VARIAÇÃO NO PERÍODO RECENTE DAS PRINCIPAIS RECEITAS

Na seção anterior foi apresentada a participação dos principais impostos em relação ao PIB de 2014. Nesta, o objetivo é acompanhar a variação nos últimos 24 meses dos impostos mais representativos para o financiamento da Educação, seja por estarem vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino ou por comporem fundos destinados aos Estados, ao Distrito Federal e/ou aos Municípios.

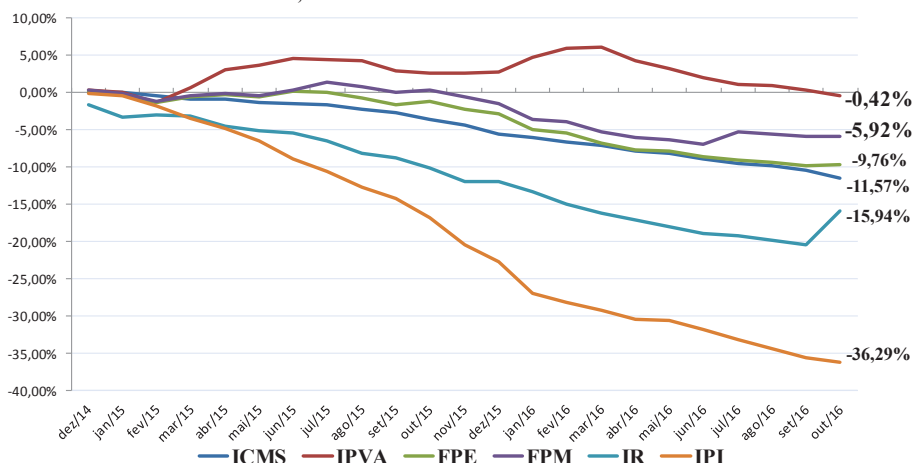
Para elaboração do gráfico e das tabelas desta seção foram catalogadas três fontes de informações: o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para obter os dados do ICMS e IPVA; a Secretaria do Tesouro Nacional para identificar os repasses do FPM e FPE; e, por fim, a Secretaria da Receita Federal do Brasil, para identificar a arrecadação do IR e do IPI. Todos os valores mensais foram corrigidos a preços de outubro de 2016 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA-IBGE), e os valores acumulados em 12 meses.

O Gráfico 3 apresenta a variação percentual acumulada dos últimos 24 meses dos principais impostos e fundos. A informação demonstra a situação de crise econômica. As seis fontes de receitas apresentaram queda real no período apontado. Desde o IPVA, com queda real de 0,42%, ao IPI, com queda de 36,29%. No entanto, o que causa maior impacto nas finanças é a redução real do IR, de 15,94%, e do ICMS, de 11,57%. Os fundos estão em posições intermediárias, com queda real de 5,92% do FPM e de 9,76% do FPE.

Gráfico 3

Varição Acumulada de Impostos e Transferências Selecionadas

Valores acumulados em 12 meses, em valores reais¹
Brasil, de novembro de 2014 a outubro de 2016



Fonte: Confaz, Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil

Nota: 1. Valores a preços de outubro de 2016, pelo IPCA-IBGE.

A queda real do conjunto destas receitas foi de 7,8%, de outubro de 2016 em relação a outubro do ano anterior. Os valores reais acumulados em 12 meses totalizavam R\$ 1 trilhão e 85 bilhões em outubro de 2015, contra R\$ 1 trilhão em outubro de 2016. O resultado só não foi pior devido à forte arrecadação do Imposto de Renda em outubro. Ao se verificar a variação dos valores acumulados até setembro de 2016 nota-se que houve uma redução real de 10,09% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2

Impostos Selecionados ¹		
Valores acumulados em 12 meses, em valores reais ²		
Brasil, de novembro de 2014 a outubro de 2016		
Data	Arrecadação	Varição Anual
nov-14	1.156.591.765.607,55	
dez-14	1.149.130.322.207,92	-0,6%
jan-15	1.140.564.147.837,24	-0,7%
fev-15	1.136.776.720.488,76	-0,3%
mar-15	1.135.220.020.330,17	-0,1%
abr-15	1.129.802.940.318,01	-0,5%
mai-15	1.124.605.034.569,38	-0,5%
jun-15	1.121.940.956.370,08	-0,2%
jul-15	1.116.858.218.540,86	-0,5%
ago-15	1.104.432.469.569,25	-1,1%
set-15	1.096.231.602.902,84	-0,7%
out-15	1.085.045.390.181,18	-1,0%
nov-15	1.070.587.867.072,02	-1,3%
dez-15	1.062.532.831.709,27	-0,8%
jan-16	1.049.363.471.084,22	-1,2%
fev-16	1.038.441.272.915,47	-1,0%
mar-16	1.028.701.877.216,79	-0,9%
abr-16	1.018.307.111.060,23	-1,0%
mai-16	1.011.415.019.617,22	-0,7%
jun-16	1.002.546.777.526,48	-0,9%
jul-16	998.048.589.896,06	-0,4%
ago-16	992.870.943.834,18	-0,5%
set-16	985.673.592.055,43	-0,7%
out-16	1.000.464.255.961,81	1,5%
Variação set-16/set-15		-10,09%
Variação out-16/out-15		-7,8%
Variação 3.º trim-2016/3.º trim-2015		-9,3%

Fonte: Confaz, Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil

Nota: 1. Foram selecionados os principais impostos que impactam nas contas de manutenção e desenvolvimento do ensino, os quais são: IR, ICMS, IPVA e IPI.

2. Valores a preços de outubro de 2016, pelo IPCA-IBGE.

O acréscimo advindo do imposto de renda em outubro de 2016 foi de R\$ 20 bilhões, resultado parcial da Lei nº 13.254, sancionada em 13 de janeiro de 2016, que institui o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária, permitindo a repatriação de recursos enviados de forma ilícita ao exterior.

No entanto, o aporte esporádico de recursos não foi suficiente para alterar a tendência de queda real da arrecadação, perfazendo uma redução real de 6,4% de outubro de 2016 em relação a outubro de 2015. Se considerado o mês de setembro como base, a queda real foi de 12,7%, de R\$ 410 milhões para R\$ 358 bilhões.

Tabela 3

Impostos sobre Propriedade e Renda
Imposto de Renda e IPVA
Valores acumulados em 12 meses, em valores reais¹
Brasil, de outubro de 2014 a outubro de 2016

Data	Transferências	
	IR	IPVA
set-15	410.281.333.690,87	41.153.234.373,37
out-15	404.086.379.500,70	41.013.207.568,04
nov-15	396.354.993.705,19	41.027.246.522,37
dez-15	396.107.743.940,83	41.048.259.469,60
jan-16	390.012.939.987,81	41.847.411.712,06
fev-16	382.691.377.305,18	42.363.269.948,58
mar-16	377.188.168.114,87	42.432.702.233,76
abr-16	372.779.846.614,78	41.652.655.201,44
mai-16	368.711.143.366,46	41.236.902.256,67
jun-16	364.882.844.238,22	40.754.987.543,82
jul-16	363.546.251.856,39	40.432.044.382,10
ago-16	360.612.020.565,46	40.343.963.326,00
set-16	358.200.507.869,75	40.103.131.303,09
out/16	378.399.145.780,57	39.822.254.428,03
Variação		
Out-16/Out-15	-6,4%	-2,9%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: 1. Valores a preços de outubro de 2016, pelo IPCA-IBGE.

O IPVA, por sua vez, mesmo sem aporte extraordinário de recursos, registrou uma queda inferior nos últimos 12 meses – variação negativa de 2,9% de outubro de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior, de R\$ 41 bilhões para R\$ 39,8 bilhões (Tabela 3).

Os impostos sobre a atividade econômica são os mais afetados em períodos de recessão econômica. Neste sentido, a queda real do ICMS atinge as finanças públicas do país inteiro. Em outubro de 2016 o imposto registrava uma variação negativa de 8,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para o incremento de recursos estaduais na educação o crescimento da atividade econômica é fundamental, pois a recuperação das finanças se dá no médio ou longo prazo. Ao analisarmos a arrecadação acumulada em 12 meses do ICMS em termos reais, fica clara a perda de recursos estaduais, visto que o valor de novembro de 2014 totalizava R\$ 467 bilhões, enquanto o valor recente registrado neste outubro de 2016 é de R\$ 413 bilhões.

A redução real de 23,3% da arrecadação do IPI, de R\$ 42 bilhões em outubro de 2015 para R\$ 32 bilhões em outubro deste ano, introduz uma dificuldade a mais para a retomada do crescimento; além da queda da atividade econômica, a alta da taxa de câmbio inviabiliza o consumo de determinados produtos (Tabela 4). Esta redução do IPI repercute nos fundos constitucionais repassados aos Estados.

Tabela 4

Impostos sobre a Atividade Econômica

ICMS e IPI

Valores acumulados em 12 meses, em valores reais¹
Brasil, de outubro de 2014 a outubro de 2016

Data	Transferências	
	ICMS	IPI
nov-14	467.743.742.646,24	51.576.574.279,70
dez-14	467.672.919.200,92	51.463.501.931,56
jan-15	467.298.792.455,38	51.312.573.384,60
fev-15	465.200.079.835,03	50.663.345.267,64
mar-15	463.403.935.627,11	49.765.240.639,45
abr-15	463.236.086.339,32	49.075.686.349,14
mai-15	461.588.423.988,47	48.173.458.966,40
jun-15	460.345.597.755,41	46.972.064.180,72
jul-15	459.976.039.966,55	46.074.203.327,49
ago-15	457.273.150.986,08	45.009.072.917,65
set-15	454.677.895.154,99	44.185.915.528,63
out-15	450.686.868.508,00	42.866.137.723,78
nov-15	447.104.465.299,18	41.032.484.524,95
dez-15	441.643.410.020,78	39.847.829.841,07
jan-16	439.085.063.955,81	37.671.693.318,66
fev-16	436.140.049.630,40	36.996.007.202,89
mar-16	434.387.492.620,65	36.502.486.197,87
abr-16	430.967.152.167,16	35.877.187.746,85
mai-16	429.031.263.003,65	35.784.121.207,69
jun-16	426.052.896.337,91	35.130.902.885,44
jul-16	422.976.647.405,22	34.491.820.661,84
ago-16	421.824.874.177,22	33.861.234.715,65
set-16	418.468.333.034,84	33.204.684.930,95
out/16	413.638.029.552,52	32.857.455.800,92
Variação		
Out-16/Out-15	-8,2%	-23,3%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: 1. Valores a preços de outubro de 2016, pelo IPCA-IBGE.

Com a redução do IPI e aumento apenas recente e pontual do IR, Estados e Municípios que dependem das transferências constitucionais também viram suas receitas reduzir nos últimos dois anos; a intensidade menor da queda não significou uma situação diferenciada dos demais entes. Em outubro de 2016, a queda real do FPE era de 8,6% e do FPM de 6,1% em relação a outubro de 2015.

Tabela 5

Transferências Constitucionais
FPE e FPM

Valores acumulados em 12 meses, em valores reais¹
Brasil, de outubro de 2014 a outubro de 2016

Data	Transferências	
	FPE	FPM
nov/14	70.005.471.753,16	77.141.912.208,72
dez/14	70.124.118.671,61	77.351.825.310,21
jan/15	69.789.716.230,66	77.001.869.283,02
fev/15	69.044.713.834,19	76.222.215.600,06
mar/15	69.560.534.495,72	76.762.027.905,66
abr/15	69.797.755.705,41	77.010.282.632,56
mai/15	69.535.620.606,89	76.735.955.233,69
jun/15	70.142.822.819,44	77.371.399.385,29
jul/15	69.947.621.881,98	78.207.599.731,73
ago/15	69.482.984.824,10	77.721.351.633,91
set/15	68.861.873.129,61	77.071.351.025,37
out/15	69.086.437.031,00	77.306.359.849,68
nov/15	68.439.423.925,83	76.629.253.094,50
dez/15	67.974.959.008,25	75.910.629.428,74
jan/16	66.441.018.884,74	74.305.343.225,14
fev/16	66.198.756.267,20	74.051.812.561,21
mar/16	65.192.389.750,42	72.998.638.299,22
abr/16	64.625.200.836,23	72.405.068.493,77
mai/16	64.440.164.270,10	72.211.425.512,65
jun/16	63.987.470.382,69	71.737.676.138,40
jul/16	63.588.333.614,42	73.013.491.976,10
ago/16	63.406.084.689,32	72.822.766.360,52
set/16	63.146.171.127,61	72.550.763.789,19
out/16	63.170.815.759,09	72.576.554.640,69
Variação Out-16/Out-15	-8,6%	-6,1%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

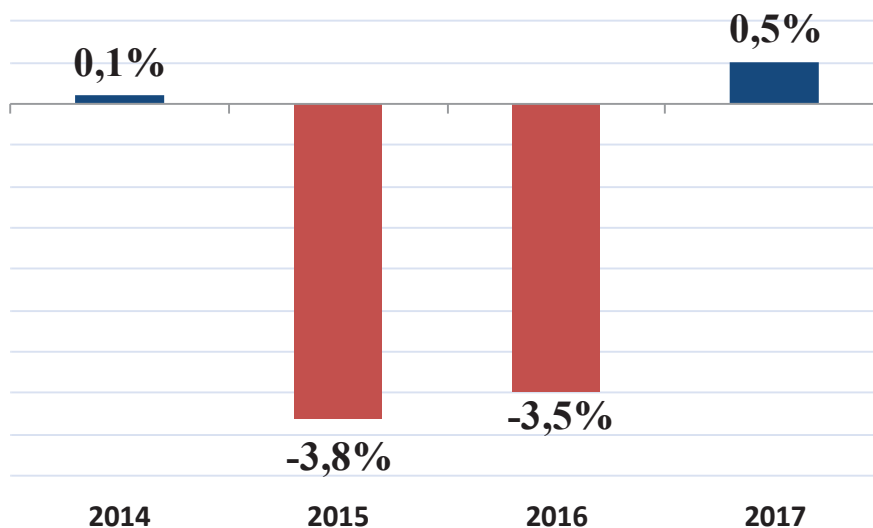
Nota: 1. Valores a preços de outubro de 2016, pelo IPCA-IBGE.

5. PROJEÇÃO BOLETIM FOCUS

O *Boletim Focus*, elaborado pelo Banco Central do Brasil (BCB), estima que o Produto Interno Bruto (PIB) será de -3,49% em 2016, finalizando o terceiro ano consecutivo com péssimo desempenho nas contas nacionais. A previsão para 2017 já foi revista inúmeras vezes pelo BCB. Inicialmente previa-se um crescimento 1,5% do PIB, mas na última revisão a estimativa ficou em 0,5%, como aponta o Gráfico 4 a seguir.

Gráfico 4

Projeção do PIB Brasil, 2014 -2017



Fonte: Boletim Focus/Banco Central do Brasil

A partir da queda da inflação acumulada nos últimos 12 meses espera-se que o Banco Central intensifique a redução da taxa Selic, fator que contribuiria para o aumento do investimento, a geração de empregos e a retomada do crescimento. No entanto, independente da velocidade do crescimento econômico, as finanças públicas para o próximo ano não devem atingir o patamar de 2013, e, assim, não se deve esperar forte arrecadação de impostos, o que certamente impactará a Educação Básica nos Estados.